

BRASA IX

Tulane University, New Orleans, LA, March 27-29, 2008

The civil rights movement e o movimento negro contemporâneo no Brasil: idas e vindas no “Atlântico negro”

Amilcar Araujo Pereira*

No início do século XXI, mais precisamente a partir do ano de 2001, o movimento negro brasileiro conquistou grande visibilidade na sociedade brasileira, muito em função da implementação das primeiras políticas públicas de ação afirmativa para negros e das polêmicas criadas em torno desse fato.¹ Fala-se bastante atualmente, em diversos meios de comunicação, que o movimento negro brasileiro seria uma espécie de cópia, em menores proporções, dos movimentos negros norte-americanos. Um dos objetivos de minha pesquisa de doutorado é compreender as influências e relações, as diferenças e semelhanças entre os movimentos negros nesses dois países; não pela simples comparação, como já foi feito em muitos espaços, mas com a perspectiva de analisar a circulação de referenciais que tem contribuído para a luta contra o racismo no chamado “Atlântico negro”.²

* Formado em história pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, é mestre em ciências sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, doutorando em história na Universidade Federal Fluminense (UFF) e bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Está realizando pesquisas na Johns Hopkins University (Baltimore, MD, EUA) como Visiting Student (2008). Organizou, com Verena Alberti, o livro *Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC* (Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC/FGV, 2007).

¹ Em 4 de setembro de 2001, logo após a III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, realizada em Durban, na África do Sul, que contou com uma grande delegação do movimento negro brasileiro, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), cujo titular era Raul Jungmann, iniciou a implementação de um programa de ações afirmativas que previa cota mínima de 20% para afrodescendentes no acesso a cargos de direção bem como na organização de concursos públicos e na contratação de trabalhadores terceirizados; e em 9 de novembro daquele ano foi sancionada, no estado do Rio de Janeiro, a Lei nº 3.708, de autoria do deputado estadual José Amorim, do Partido Progressista Brasileiro (PPB), instituindo cotas de até 40% para as populações negras e pardas no acesso às universidades estaduais. Essa foi a primeira lei que implementou a reserva de vagas nas universidades por critério de raça ou cor. A participação direta de lideranças do movimento negro brasileiro, tanto no processo de preparação da delegação brasileira oficial que foi à Durban quanto na formulação e implementação das primeiras políticas de ação afirmativa no Brasil, foi objeto de análise de dois artigos que escrevi em co-autoria com Verena Alberti: “A defesa das cotas como estratégia política do movimento negro contemporâneo”, *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro, CPDOC, n.37, 2006/1) e “Articulações entre movimento negro e Estado: estratégias e experiências contemporâneas”, trabalho apresentado no IV Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros (Salvador, Uneb, setembro de 2006) e no III Seminário Pronex “Direitos e cidadania” (Rio de Janeiro, CPDOC, novembro de 2006), posteriormente publicado no livro *Direitos e cidadania: memória, política e cultura*, coordenado por Angela de Castro Gomes (Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2007). O primeiro está disponível no site www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/421.pdf

² Para Paul Gilroy, o “Atlântico negro” seria o conjunto cultural e político transnacional de elementos e ações produzidos pela diáspora negra desde o final do século XV. Ver GILROY, Paul. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

Antes de mais nada é necessário compreendermos o que seria “movimento negro”. Entendo por movimento negro, o conjunto de entidades, organizações e indivíduos que lutam contra o racismo e por melhores condições de vida para a população negra, seja através de práticas culturais, de estratégias políticas, de iniciativas educacionais etc.; o que faz da diversidade e pluralidade características desse movimento social. Podemos afirmar, nesse sentido, que existiram movimentos negros no Brasil desde que os primeiros seres humanos escravizados na África chegaram à costa brasileira, como afirma Abdias do Nascimento:

Não existe o Brasil sem o africano, nem existe o africano no Brasil sem o seu protagonismo de luta anti-escravista e anti-racista. Fundada por um lado na tradição de luta quilombola que atravessa todo o período colonial e do Império e sacode até fazer ruir as estruturas da economia escravocrata e, por outro, na militância abolicionista protagonizada por figuras como Luiz Gama e outros, a atividade afro-brasileira se exprimia nas primeiras décadas deste século sobretudo na forma de organização de clubes, irmandades religiosas e associações recreativas.³

Mas seria correto utilizarmos o termo “movimento negro” ou “movimentos negros”? De acordo com a perspectiva adotada acima, “movimentos negros” estaria correto. Entretanto, nesse sentido, também seria correto utilizarmos o termo “movimentos de mulheres” no plural, por se tratarem de movimentos sociais plurais. Lélia Gonzalez, importante liderança do movimento negro e do movimento de mulheres, até sua morte precoce em 1992, advogando a utilização do termo “movimento negro” afirma que a gente fala no singular

Exatamente porque está apontando para aquilo que o diferencia de todos os outros movimentos; ou seja, a sua especificidade. Só que nesse movimento, cuja a especificidade é o significante *negro*, existem divergências, mais ou menos fundas, quanto ao modo de articulação dessa especificidade.⁴

Joel Rufino dos Santos parte da afirmação de que “Movimento negro é, antes de mais nada, aquilo que seus protagonistas dizem que é movimento negro”.⁵ E ao longo de minhas pesquisas tenho verificado que, assim como Lélia Gonzalez, as lideranças e os militantes desse movimento social se autodenominam e são denominados militantes do “movimento negro”, no singular. Vale lembrar, como disse acima, que todos, com suas variadas formas de concepção e de ação, dedicam-se ao combate ao racismo e à luta por melhores condições de vida para a população negra. Também utilizo o termo no

³ NASCIMENTO, Abdias do e NASCIMENTO, Elisa Larkin. “Reflexões sobre o movimento negro no Brasil, 1938-1997”. In Guimarães, Antônio Sérgio A. e Huntley, Lynn. *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 204.

⁴ GONZALEZ, Lélia. “O Movimento Negro na última década”. In GONZALEZ, Lélia e HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982. p.19

⁵ SANTOS, Joel Rufino dos. “O Movimento negro e a crise brasileira”. *Política e Administração*, Vol. 2, jul-set, 1985. p. 287.

singular para demarcar meu objeto de pesquisa, o “movimento negro contemporâneo”, diferenciando-o assim dos movimentos anteriores à década de 1970.

Desde o final do século XIX há registros de periódicos editados por negros, que tinham como principais temas a “raça negra” e o preconceito. Foi o caso de *Treze de Maio*, fundado no Rio de Janeiro em 1888; *A Pátria*, em São Paulo, em 1889, e *O Exemplo*, em Porto Alegre, em 1892. Ainda no início do século XX houve a fundação de jornais da “imprensa negra paulista”, assim chamada por Roger Bastide e Florestan Fernandes, que a estudaram na década de 1950: *O Menelick*, em 1915; *A Rua* e *O Xauter*, em 1916; *O Alfinete*, em 1918; *A Liberdade* e *O Bandeirante*, em 1919; *A Sentinela*, em 1920; *O Kosmos*, em 1922; *O Getulino*, em 1923, e *O Clarim*, posteriormente *O Clarim d’Alvorada*, em 1924. Todos, à exceção de *O Getulino*, de Campinas, eram publicados na cidade de São Paulo. *O Clarim d’Alvorada*, fundado por José Correia Leite e Jayme de Aguiar em São Paulo, circulou entre 1924 e 1932. Segundo vários autores, essa imprensa negra do início do século XX teria sido o “embrião” para a criação, um pouco mais tarde, da primeira grande organização brasileira do movimento negro no “sentido estrito”, a Frente Negra Brasileira (FNB),⁶ que foi criada em 16 de setembro de 1931 por José Correia Leite, Jayme de Aguiar, Vicente Ferreira, Henrique Cunha, Raul Joviano do Amaral, Gervásio de Moraes e Arlindo Veiga dos Santos.

Em 1933 começou a circular em São Paulo seu jornal, *A Voz da Raça*. Com ramificações em vários estados do país, a FNB foi transformada em partido político em 1936, mas extinta no ano seguinte, juntamente com os outros partidos, após o golpe do Estado Novo.⁷ Há vários outros casos de organizações negras surgidas a partir de então, como por exemplo, a União dos Homens de Cor, UHC, criada em Porto Alegre em

⁶ Joel Rufino dos Santos, em outro artigo, afirma que: “A luta organizada contra o racismo, com efeito, nasce às vésperas da Revolução de Trinta. Semi-intelectuais e subproletários se juntam em São Paulo, então caminhando rapidamente no sentido de se tornar a maior cidade do país, numa ‘imprensa negra’. Jornais como *O Clarim d’Alvorada* e *O Getulino*, de Campinas – ainda hoje motivos de orgulho dos movimentos – denunciavam as discriminações raciais mais chocantes do nosso quadro urbano, no emprego, na moradia, na educação nos locais de lazer. Foi essa imprensa, o embrião da primeira instituição de luta contra o racismo brasileiro – apresentado então, eufemisticamente, como discriminação racial –, a Frente Negra Brasileira.” Ver: SANTOS, Joel Rufino dos. “A Luta Organizada Contra o Racismo”. In: BARBOSA, Wilson do Nascimento (org.). *Atrás do muro da noite; dinâmica das culturas afro-brasileiras*. Brasília. Ministério da Cultura. Fundação Cultural Palmares, 1994. p. 89.

⁷ Sobre a FNB, ver BARBOSA, Márcio (org.). *Frente Negra Brasileira: depoimentos*. São Paulo: Quilombhoje, 1998; e FERREIRA, Maria Cláudia Cardoso. *As trajetórias políticas de Correia Leite e Veiga dos Santos: consensos e dissensos no movimento negro paulistano (1928-1937)* (Dissertação de mestrado em história, Uerj, 2005).

1943 e com ramificações em pelo menos 11 estados da federação;⁸ e o Teatro Experimental do Negro, TEN, criado no ano seguinte no Rio de Janeiro por Abdias do Nascimento.

Segundo Regina Pinto, o próprio termo “movimento negro” teria aparecido pela primeira vez em 1934, num texto publicado no jornal *A Voz da Raça*, o órgão de divulgação da FNB.⁹ Contudo, esse termo passou a ser utilizado recorrentemente pelos militantes que se engajaram na luta contra o racismo durante a década de 1970. Em 1978, a criação do Movimento Negro Unificado, MNU,¹⁰ e o ato público de lançamento do Movimento, realizado no dia 7 de julho daquele ano nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, que teve repercussão nacional e internacional, parecem ter sido responsáveis pela difusão da noção de “movimento negro” como designação genérica para diversas entidades e ações a partir daquele momento. E é exatamente sobre o movimento negro surgido nesse momento, com suas especificidades e características – e que se autodenomina e é denominado de “movimento negro contemporâneo” –, que estão focadas as reflexões de minha tese de doutorado. Um importante conjunto de fontes históricas utilizado para a elaboração deste trabalho é o acervo com 39 entrevistas de história oral com lideranças do movimento negro contemporâneo de todo o Brasil, realizadas no âmbito do projeto “História do movimento negro no Brasil: constituição de acervo de entrevistas”, implementado pela Dr^a Verena Alberti e por mim no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV).¹¹

⁸ Sobre a UHC, ver SILVA, Joselina da. *União dos Homens de Cor: uma rede do Movimento Negro após o Estado Novo*. (Tese de doutorado em ciências sociais, Rio de Janeiro, Uerj, 2005).

⁹ Ver: PINTO, Regina P. *O Movimento Negro em São Paulo: Luta e Identidade*. (Tese de doutorado, São Paulo, FFLCH / Universidade de São Paulo, 1993).

¹⁰ No dia 18 de junho de 1978 foi criado por um grupo de militantes, em São Paulo, o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR), lançado no ato público de 7 de julho do mesmo ano. Ainda no mesmo mês de julho, na reunião realizada no dia 23, o Movimento teve a palavra “negro” introduzida, transformando-se no Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR). Em 1979 esta organização passou a ser denominada somente como MNU, Movimento Negro Unificado. Durante a sua criação, o MNU propunha ser um movimento nacional unificado, e conseguiu contar com a participação de militantes de alguns estados. Todavia, com os diversos rachas e com as diferentes visões em relação à luta contra o racismo, existentes no meio da militância negra, o MNU tornou-se uma entidade, como várias outras, com ramificações em diferentes regiões do país.

¹¹ Em seu primeiro ano de vigência, a pesquisa contou com o apoio do South-South Exchange Programme for Research on the History of Development (Sephis), e, em janeiro de 2004, passou a integrar o projeto “Direitos e cidadania”, coordenado pelo CPDOC e aprovado pelo Programa de Apoio aos Núcleos de Excelência (Pronex) do Ministério da Ciência e Tecnologia. Ao longo desses anos, Verena Alberti e eu, temos produzido reflexões utilizando as entrevistas como fontes históricas. Além do livro que organizamos, *Histórias do movimento negro no Brasil* (Rio de Janeiro: Editora Pallas, 2007), elaboramos em co-autoria vários artigos: “História do movimento negro no Brasil: constituição de acervo de entrevistas de história oral”, trabalho apresentado no III Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros

Logo no início da década de 1970, algumas entidades e organizações se formaram em diferentes partes do país e iniciaram a construção de uma certa rede de relações que foi fundamental, por exemplo, para a criação do MNU em São Paulo no final da década. Em 1971 foi criado o Grupo Palmares no Rio Grande do Sul; em 1972 o Centro de Cultura e Arte Negra (Cecan), em São Paulo; em 1974 o bloco afro Ilê Aiyê, e em 1976 o Núcleo Cultural Afro-Brasileiro, em Salvador; a Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (Sinba) em 1974, e o Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN) em 1975, no Rio de Janeiro; em 1975 o Grupo de Trabalho André Rebouças, em Niterói, e o Centro de Estudos Brasil-África (Ceba), em São Gonçalo (RJ), entre outros. Militantes de algumas dessas e de outras organizações participaram diretamente ou apoiaram a realização do ato público de 7 de julho de 1978, em São Paulo.

Brasil, Estados Unidos e África: circulação de informações e referenciais

Um importante elemento, que deve ser levado em consideração nas análises sobre a formação dos diferentes movimentos sociais, são as informações e referenciais que chegam até os militantes através dos meios de comunicação. Nesse sentido, a criação de seus próprios jornais, divulgando informações a partir de seus objetivos, sempre foi uma estratégia fundamental. No caso do movimento negro brasileiro, essa estratégia foi utilizada nos diferentes momentos de sua história: desde o final do século XIX, como vimos acima, até os jornais e revistas criados a partir da década de 1970 – os jornais *Árvore das Palavras* e *Jornegro*, em São Paulo; o jornal *Sinba* e o *Boletim do IPCN*, no Rio; ou a revista *Tiçã* no Rio Grande do Sul, por exemplo. Veículos de informação como esses, constituídos por negros, tiveram um papel importante para a circulação de informações, idéias e referenciais para a luta contra o racismo no Brasil e em outras partes do planeta.

(São Luís, UFMA, setembro de 2004); “Movimento negro e ‘democracia racial’ no Brasil: entrevistas com lideranças do movimento negro”, trabalho apresentado na Terceira Conferência Bial da Association for the Study of the Worldwide African Diaspora – Aswad (Rio de Janeiro, outubro de 2005); “Discriminação racial no Brasil: entrevistas com lideranças do movimento negro”, trabalho apresentado no XIV Congresso Internacional de História Oral (Sydney, Austrália, julho de 2006) e publicado em *Historia, Antropología y Fuentes Orales* (Barcelona, Universidad de Barcelona, n. 37, 2007); “A defesa das cotas...”, citado acima; “O movimento negro contemporâneo”, in: *Revolução e democracia* (vol. 3 da Coleção *As esquerdas no Brasil*), coordenada por Daniel Aarão Reis e Jorge Ferreira (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007); “Articulações entre movimento negro e Estado...”, citado acima; e “Qual África? Significados da África para o movimento negro no Brasil”, *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro, CPDOC, n.39, 2007/1). Os três primeiros estão disponíveis em www.cpdoc.fgv.br.

Hebe Mattos e Angela de Castro Gomes, ao comentarem os conceitos de “circulação de idéias, vindo dos trabalhos de Carlo Ginzburg e apropriação, vindo das reflexões de Roger Chartier”, e sobre “como idéias, propostas e projetos sobre o que é e, mais ainda, sobre o que deve ser o mundo no qual se vive são percebidas e reelaboradas pelos numerosos e muito diferenciados cidadãos comuns”, nos alertam:

As premissas teóricas embutidas em tais conceitos, mesmo considerando-se sua variação, são a de que os receptores da mensagem nunca são passivos neste processo, atribuindo sentidos próprios a elas, conforme as experiências de vida de que são portadores. Daí que uma “mesma” idéia possa ganhar múltiplas leituras ou, o que é um outro lado da moeda, que o produtor de “uma idéia” não possa nela inscrever um único sentido, mesmo que ele assim o deseje.¹²

Um exemplo interessante, que nos remete a esse alerta, é o conjunto de idéias contido no *slogan* “Black Power”, criado em meados da década de 1960 nos Estados Unidos, como veremos abaixo. Enquanto em sua formulação original a expressão “Black Power” resumia um projeto político de setores da comunidade negra norte-americana, que estava em busca de acesso às instâncias de poder numa sociedade racialmente segregada, no Brasil essa mensagem era traduzida de diferentes formas durante a década de 1970. A tradução mais popular, um tanto distante de sua formulação original, dizia respeito a um tipo específico de corte de cabelo, o cabelo “black power”, com o qual negros e negras brasileiros, militantes ou não, apresentavam orgulhosos sua identidade racial à sociedade. Nesse sentido, é fundamental ressaltarmos a importância das influências político-culturais que percorriam o “Atlântico negro” nas décadas de 1960 e 70. Com destaque para o movimento *Soul*, que mexia com a juventude negra através de músicas como *Say it loud – I’m Black and I’m Proud* (James Brown, 1968).

Voltando ao início do século XX, por exemplo, é possível encontramos um intercâmbio entre dois jornais criados por negros no Brasil e nos Estados Unidos: foi o estabelecido entre os jornais *O Clarim d’Alvorada* e *Chicago Defender*, após uma viagem de três meses realizada em 1923 pelo fundador e editor do *Chicago Defender*, Robert Abbot, pela América do Sul, e especialmente pelo Brasil. Algum tempo após seu retorno aos Estados Unidos, Abbot passou a receber *O Clarim d’Alvorada* e a enviar o *Chicago Defender* para José Correia Leite, fundador e editor d’*O Clarim*.¹³ Pesquisando

¹² MATTOS, Hebe e GOMES, Angela de Castro. “Sobre apropriações e circularidades: Memória do cativo e política cultural na Era Vargas”. In *História Oral*. São Paulo: v.1, n.1S, 1998. p. 121. Disponível no site <http://www.historia.uff.br/labhoi/uploads/wp-content/uploads/2006/09/lab03.pdf>

¹³ José Correia Leite, nascido em São Paulo em 1900, foi também um dos fundadores da FNB, em 1931. Contudo, desligou-se da FNB ainda no momento da aprovação do estatuto da entidade, por divergir de sua inclinação ideológica, e fundou então o Clube Negro de Cultura Social, em 1932. Participou da

no arquivo do *Chicago Defender* – o mais importante jornal da comunidade negra nos Estados Unidos, disponível na Library of Congress, em Washington D.C. –, encontra-se uma grande quantidade de matérias, não somente comparando as relações raciais no Brasil e nos Estados Unidos, mas também exaltando a forma com a qual os brasileiros tratavam a questão racial. Mesmo com o editor do jornal recebendo informações de diferentes fontes, inclusive d’*O Clarim da Alvorada* – que denunciava abertamente casos de discriminação racial ocorridos em São Paulo –, é interessante notar como entre as 77 matérias relacionadas à questão racial no Brasil, que encontrei no período que vai de 1914 a 1954, há apenas uma pequena mudança de abordagem editorial do jornal a partir da década de 1930. Entre 1914 e o início da década de 1930 há um enorme volume de matérias sobre o assunto, e o Brasil é apresentado nesse período como o melhor exemplo de harmonia racial, de liberdade e de igualdade de oportunidades para os negros norte-americanos, segundo as matérias publicadas, entre outras, com os seguintes títulos: “Brazil Welcomes Afro-Americans” (14/03/1914); “Brazil Ideal Country for Black Man” (22/01/1916); “Brazil the Goal for our People” (24/05/1919); “Brazil open to those who are well prepared” (23/04/1921); “Brazilians are told the meaning of Liberty Statue” (28/04/1923); “Writer says Brazil has no color line” (10/10/1925); “Race prejudice is unknown in Brazil” (21/01/1928); “Says Brazil, not U.S., is Home of Liberty” (10/03/1928).

A partir do início da década de 1930 o número de matérias falando sobre o Brasil diminui muito e já começamos a perceber que a desigualdade entre os grupos raciais é vista, mas passa a ser explicada a partir da chave da “diferença de classes”. E os eventuais exemplos de racismo explícito, reportados pelo jornal, são explicados como resultados da propaganda norte-americana. Como fica evidente na matéria intitulada “American Race Prejudice seen gaining in Brazil – U.S. influence stirs hatreds between racial groups”, publicada em 24/02/1934; ou no texto da matéria publicada em 26/10/1935, que trata de uma manifestação realizada pela Frente Negra Brasileira (FNB) no Rio de Janeiro e que, segundo o jornal, mobilizou dez mil pessoas:

This organization composed exclusively of Brazilian blacks, has directed its energy against the invasion of constitutional and civil rights. Beating upon the anvil of the national solidarity, it has succeeded eminently in the in derouting the forces of prejudice which for awhile threatened to undermine the traditional spirit of fair play and equity for which Brazil was known prior to the advent of insidious American propaganda.

Associação do Negro Brasileiro, fundada em 1945. Em 1954, quando já tinha 60 anos, fundou em São Paulo, com outros militantes, a Associação Cultural do Negro (ACN), e em 1960 participou da fundação da revista *Niger*.

O *Chicago Defender* ainda publicou cinco matérias com relatos sobre a FNB no ano de 1936, e reportou alguns casos de racismo ocorridos no Brasil, sofridos por negros norte-americanos, como por exemplo, o caso da antropóloga Irene Diggs, que, por ser negra, não foi aceita no Hotel Serrador no Rio de Janeiro, em março de 1947. Segundo David J. Hellwig, em seu artigo “A New Frontier in a Racial Paradise: Robert S. Abbott’s Brazilian Dream”, o “entusiasmo de Abbot pelo Brasil e sua aceitação acrítica da nação como uma democracia racial foi resultado de várias circunstâncias”, como por exemplo não haver no Brasil “tradição de segregação formal ou violência racial”. Apesar disso, por exemplo, do projeto de imigração de negros norte-americanos para o Brasil, do qual Abbot era um entusiasta, ter sido frustrado pelo governo brasileiro, enquanto esse mesmo governo subsidiava a entrada de milhares de italianos, como ele mesmo reportou em matéria publicada no dia 24/11/1923.¹⁴ Ainda segundo Hellwig, para Robert Abbot o sucesso do negro no Brasil poderia ser explicado através de duas fontes:

One derived from the Portuguese, a people, who, like the French, were temperamentally suited to living harmoniously with dark-skinned people. Their “warm, sympathetic, imaginative nature” meshed ideally with that of the Negro. The other aspect of the Brazilian experience which contributed to the racial situation in the 1920s was the way in which slavery had been abolished, Abbott reported. Contrary to the United States, where abolition was a sectional and highly emotional issue, in Brazil slaves were freed through a peaceful process, the result being that the freedmen at once took their place as social equals.¹⁵

De fato, a segregação oficial que mantinha legalmente espaços reservados somente para negros e somente para brancos nas escolas, nos restaurantes, nos ônibus etc., que vigorou até meados do século XX nos Estados Unidos, nunca ocorreu na história da República Brasileira. Ao contrário, no Brasil as constituições que se seguiram à independência (1822) sempre estabeleceram a igualdade jurídica: “todos são

¹⁴ A matéria intitulada “Italian families go to Brazil to form big colony”, dizia o seguinte: “*Italians plan to colonize a large zone in Brazil with the aid of the Brazilian and Italian governments (...) The plan is to grant each family 50 acres of lands. (...) If the Italians can do his there is no good reason why our farmers from South cannot do the same ting, and do it better.*” É interessante ver a própria explicação do governo brasileiro para a negação do pedido de imigração dos negros norte-americanos nas páginas do *Chicago Defender*, que diz que esse fato se deveu a política de cotas para imigrantes, que somente permitia a entrada proporcional de imigrantes de cada país de acordo com o número de imigrantes que tinham entrado nos últimos 50 anos. Como não entraram muitos americanos como imigrantes antes, agora também não poderiam entrar. Segundo o jornal: “*The Brazilian spokesman admitted, however, that his country acts on a quota system, allowing only a certain number of immigrants from each country, but it does not base its quota on race.*” (*Chicago Defender*, “Brazil Denies its tough on Negro Immigrants”, 31/07/1954)

¹⁵ HELLWIG, David J. “A New Frontier in a Racial Paradise: Robert S. Abbott’s Brazilian Dream”. *Luso-Brazilian Review*, Vol. 25, No. 1. (Summer, 1988). p. 62.

iguais perante a lei”.¹⁶ Mas os códigos penais que vigoraram pelo menos até meados do século XX possuíam uma série de normas cujo alvo predominante era a população negra, sem que isso fosse claramente dito – é o caso da punição dos crimes de “capoeiragem” e “curandeirismo”, práticas que faziam parte do modo de vida e da cultura afro-brasileiros.¹⁷ Essa defasagem entre o instrumento legal pretensamente “neutro”, ou “a-racial”, e o que se passava nas relações cotidianas e na repressão policial é importante para se compreender a sociedade brasileira.

Segundo a historiadora Micol Siegel – adepta do “método transnacional”, para a realização de análises sobre os mais diferentes aspectos da diáspora africana, e crítica do método comparativo¹⁸ –, a simples comparação da formação racial no Brasil e nos Estados Unidos, feita por intelectuais, políticos e até por militantes dos movimentos negros, contribuiu para o mito da democracia racial no Brasil e para a noção de que a escravidão foi pior nos Estados Unidos. Para ela, a comparação, por si só, contribuiu com políticas públicas que “preservassem hierarquias nacionais” e idéias racistas. Portanto, comparações deveriam ser o “objeto” de estudo em vez do “método” utilizado.¹⁹ A autora apresenta alguns exemplos de análise comparativa em relação à formação racial nas duas sociedades, como os trabalhos dos intelectuais norte-americanos Melville Herskovits e Franklin Frazier, na década de 1940 por exemplo, e algumas matérias publicadas no jornal *Chicago Defender*.²⁰

¹⁶ A primeira Constituição do país (1824) não incluía os escravos na categoria de “cidadãos”. Mas os negros livres e libertos, em tese, tinham os mesmos direitos e deveres dos demais cidadãos: “A Lei será igual para todos, quer proteja, quer castigue, e recompensará em proporção dos merecimentos de cada um.” (Art. 179, XIII). A escravidão só foi abolida no Brasil em 1888.

¹⁷ Sobre o racismo implícito na lei brasileira até pelo menos a primeira metade do século XX, ver SILVA Jr., Hélio. “Do racismo legal ao princípio da ação afirmativa: a lei como obstáculo e como instrumento dos direitos e interesses do povo negro.” in: GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. & HUNTLEY, Lynn (org.). *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo, Paz e Terra, 2000, p. 359-387. O autor observa que, até aquele momento, “a função da lei, especialmente da lei penal, e também do Poder Judiciário, foi basicamente legítimar e institucionalizar os interesses dos brancos brasileiros, ao mesmo tempo em que servia de instrumento de controle sobre o corpo e a mente da população negra brasileira”. (Id., p.360)

¹⁸ Ver: SEIGEL, Micol. “Beyond Compare: Comparative Method after the Transnational Turn”. In: *Radical History Review*, n.91, Winter 2005. Ao finalizar o artigo citado, a autora sugere: “Perhaps it is time to call a moratorium on comparative study. Instead, students of race in the United States and Brazil, or the Americas broadly, might formulate analyses in related and global perspective, honoring the debt the transnational turn owes to critical struggles against colonialism.” p. 78.

¹⁹ SEIGEL, Micol, idem. p. 78.

²⁰ Entre os trabalhos de Herskovits e Frazier publicados na década de 1940 destacam-se: HERSKOVITS, Melville J. “The Negro in Bahia, Brazil: A Problem in Method”. *American Sociological Review*, Vol. 8, No. 4. (Aug., 1943); e de FRAZIER, E. Franklin. “The Negro Family in Bahia, Brazil”. *American Sociological Review*, Vol. 7, No. 4. (Aug., 1942); e “A Comparison of Negro-White Relations in Brazil and in the United States,” *Transactions of the New York Academy of Sciences*, series 2, 6 (1944).

Assim como no início do século XX o Brasil aparecia, para muitos norte-americanos, como referencial para se pensar as relações raciais, nesse mesmo período, personagens como Booker T. Washington e Marcus Garvey, tornavam-se importantes referências para negros brasileiros.²¹ Ainda durante a década de 1920, por exemplo, o mesmo *O Clarim d'Alvorada*, também publicava uma seção intitulada *O Mundo Negro*. Sobre este fato, José Correia Leite diz o seguinte:

Certa vez, na redação d'*O Clarim d'Alvorada*, apareceu um grupo de baianos que se prontificou a colaborar. (...) Por intermédio deles, *O Clarim d'Alvorada* entrou em contato com um poliglota, o Mário de Vasconcelos. E foi daí que começamos a conhecer melhor o movimento panafricanista, o movimento do Marcus Garvey. Tudo por meio desse Mario de Vasconcelos, porque lá da Bahia ele começou a mandar colaboração já traduzida para o nosso jornal sobre o trabalho do movimento negro nos Estados Unidos e em outras partes. (...) Nós fizemos uma seção dentro d'*O Clarim d'Alvorada* com o título "O Mundo Negro", que era justamente o título do jornal que o Marcus Garvey tinha nos Estados Unidos: "*Nigro World*".²²

Ele conta ainda que durante as décadas de 1920 e 30 foi "garveysta". Resultado: foi acusado várias vezes de importar problemas dos Estados Unidos, e até de querer criar um "quisto" racial no Brasil. Francisco Lucrécio, contemporâneo de José Correia Leite e uma das lideranças da Frente Negra Brasileira (FNB), lembrou, em entrevista concedida a Márcio Barbosa na década de 1980, de contatos da FNB com Angola e com o movimento de Marcus Garvey. Seu depoimento, contudo, mostra que a aproximação com os Estados Unidos e com a África não era unanimidade nos anos 1930. A FNB era uma organização com forte caráter nacionalista, cuja estrutura lembra a de agremiações de inclinação fascista, como a Ação Integralista Brasileira (AIB), fundada em outubro de 1932. Seu estatuto, datado de 12 de outubro de 1931, prevê um "Grande Conselho" e um "Presidente" que era "a máxima autoridade e o supremo representante da Frente Negra Brasileira". Seu jornal, *A Voz da Raça*, que circulou entre 1933 e 1937, mantinha em destaque, no cabeçalho, a frase "Deus, Pátria, Raça e Família". É possível que esse ultranacionalismo tenha afastado afinidades com a África, como interpreta Francisco Lucrécio passados cerca de 50 anos:

²¹ Booker T. Washington (1856-1915) foi um ex-escravo liberto que se tornou um dos mais importantes educadores norte-americanos e uma das principais lideranças negras daquele país no final do século XIX. Washington liderou a construção da Tuskegee University, criada em 1881 no estado do Alabama para atender a população negra. O jamaicano Marcus Garvey (1887-1940) fundou a Universal Negro Improvement Association e a African Communities League. Estabelecendo-se nos Estados Unidos, chegou a fundar uma companhia de navegação em 1919, a Black Star Line Steamship Corporation, para promover o transporte dos afrodescendentes para a África. A empresa, contudo, foi processada por irregularidades, e Garvey foi deportado para a Jamaica. Em 1935 fixou-se em Londres, onde faleceu.

²² Ver: LEITE, José Correia e CUTI. *...E disse o velho militante José Correia Leite: depoimentos e artigos*. Organização e textos: CUTI. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992. Pp. 77,78. Cuti é pseudônimo de Luiz Silva, que também foi um dos entrevistados para esta pesquisa, em 14 de setembro de 2006.

Na Frente Negra não tinha essa discussão de volta à África. Tínhamos correspondência com Angola, conhecíamos o movimento de Marcus Garvey, mas não concordávamos. Nós sempre nos afirmamos como brasileiros e assim nos posicionávamos com o pensamento de que os nossos antepassados trabalharam no Brasil, se sacrificaram, lutaram desde Zumbi dos Palmares aos abolicionistas negros, então nós queríamos, nos afirmaríamos, sim, como brasileiros.²³

Durante a década de 1970, com os êxitos obtidos pelos movimentos negros pelos direitos civis nos Estados Unidos e com o avanço das lutas de independência nos países africanos – sobretudo nos países de língua oficial portuguesa –, tudo isso somado às lutas internas contra a ditadura militar e ao processo de Abertura política que se inicia em 1974, entre outras coisas, fez com que as influências externas acabassem ganhando uma outra dimensão no processo de constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil. Hédio Silva Júnior, militante do movimento negro desde o final da década de 1970, por exemplo, fala sobre as influências externas recebidas pelo movimento, da seguinte forma:

Nós podemos identificar três matrizes de pensamento no discurso da geração que se engaja no movimento negro nos anos 1970 e 80. Três diferentes fontes, diferentes influências externas. Você tem o movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos, que sempre mobilizou a atenção da militância; você tem as lutas independentistas no continente africano, sobretudo, até pela facilidade da proximidade lingüística, nos países lusófonos, notadamente Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau. (...) E por fim, o movimento pela negritude, que a rigor sempre foi um movimento literário na verdade, um movimento cultural de intelectuais de África e das Antilhas que se encontram em Paris nos anos 30 do século passado e que vão formular algumas idéias a respeito do que seria o ocidentalismo, o orientalismo na perspectiva africana, nos valores africanos. Enfim, um modo africano de ser por meio de várias linguagens.²⁴

Uma das primeiras entidades do movimento negro contemporâneo surgida no Rio de Janeiro foi a Sociedade de Intercâmbio Brasil-África, Sinba, fundada em 1974. Essa entidade publicava o jornal *Sinba*, que circulou entre 1977 e 1980, e logo no primeiro número, de julho de 1977, na matéria intitulada “O que é a África?”, apareciam questões fundamentais para o movimento social negro que se constituía naquele momento: discussões sobre as informações que nos levam a constituir memória e sobre as identidades construídas pelos negros brasileiros. Ao questionar as informações que nos levariam a formar um senso comum preconceituoso em relação à África, o texto diz: “Falar de África como terra de nossos escravos, mãe de nosso

²³ BARBOSA, Márcio (org.). *Frente Negra Brasileira: depoimentos*. São Paulo, Quilombhoje, 1998. p.46. Francisco Lucrécio, nascido em Campinas em 1909, foi diretor da FNB de 1934 a 1937.

²⁴ Hédio Silva Júnior foi presidente da Convenção Nacional do Negro, em Brasília, em 1986, e assessor especial de Cidadania e Direitos Humanos da prefeitura de São Paulo nos anos de 1991 e 1992. Nesse último ano fundou em São Paulo o Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (Ceert). Advogado e doutor em direito constitucional pela PUC de São Paulo, foi secretário de Justiça e Cidadania do governo paulista de maio de 2005 a março de 2006. Entrevista gravada no Rio de Janeiro, em 21/7/2004. Esse e os outros trechos de entrevistas com as lideranças do movimento negro, citados neste paper, foram retirados do livro *Histórias do movimento negro no Brasil* (Rio de Janeiro: Pallas/CPDOC/FGV, 2007), organizado por Verena Alberti e por mim.

folclore, e outros lugares comuns, é tentar manter uma imagem completamente superada no tempo. E no entanto, é a única que ocorre aos mais bem informados brasileiros.” O texto prossegue questionando a ausência de informações sobre a África contemporânea, e diz o seguinte:

(...) nós negros brasileiros somos sempre chamados a nos identificar com a África Ancestral e seus valores correspondentes da época do tráfico ou anterior. Se somos conscientes que a história não pára, por que ficarmos presos àquela época e desconhecemos o seu desenvolvimento histórico? (...) Se cultural, étnica e historicamente temos tantas afinidades, se geograficamente somos tão próximos, climaticamente tão parecidos; se no campo econômico muito podemos realizar, por que ainda estamos tão mal informados e preconceituosos com relação à África? Por que quase tudo desconhecemos sobre sua história recente, sobre povos, das suas conquistas, enfim, da sua atualidade? (jornal *Sinba*, 1977: 5)

A memória que se buscava construir em relação à África, como importante elemento para a construção de identidades negras positivas, deveria se basear nas lutas protagonizadas por negros africanos, não só no passado longínquo, mas principalmente naquele momento histórico de descolonização, de luta por liberdade e pela conquista de melhores condições de vida. Michel Pollak, em seu artigo “Memória e identidade social”, afirma que a “memória é um fenômeno construído”, e que ela “também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória.”²⁵ Ele também diz o seguinte:

Podemos dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.²⁶

Nesse sentido, é possível supor que os militantes que faziam o jornal *Sinba*, ainda em 1977, compartilhavam das idéias que Michel Pollak apresentou no Brasil na década de 1990, na medida em que, em seu primeiro número, eles apresentaram sete matérias tratando sobre as lutas contemporâneas em diferentes países africanos; desde a matéria de capa, intitulada “Depoimento de um líder estudantil de Soweto”, denunciando os horrores do regime do *apartheid* na África do Sul,²⁷ até matérias sobre as lutas na Namíbia e na Rodésia, e também sobre Moçambique e Nigéria, ressaltando o valor das lutas e as conquistas alcançadas.

²⁵ POLLAK, Michel. “Memória e Identidade Social”. In: *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992. p. 204.

²⁶ Idem, p. 205.

²⁷ Ainda na matéria de capa, o jornal traz a seguinte informação sobre o massacre realizado pela polícia do *apartheid* num bairro negro da cidade de Soweto, África do Sul: “Soweto – 16 de junho de 1976 – mais de 600 mortos” e afirma que, segundo a Unesco, “São poucos na história os exemplos de uma polícia que dispara sobre escolares sem armas e os mata em tal quantidade que o número exato de mortos não pode nunca ser estabelecido.”

Amauri Mendes Pereira, um dos fundadores da Sinba e um dos redatores do jornal, refletiu, em sua entrevista, sobre a importância das influências externas para a sua trajetória política posterior:

Eu fiquei muito impressionado com a morte do Luther King, com os Panteras Negras, aquilo me galvanizou. Eu acompanhava tudo, ponto por ponto: Muhammad Ali era Cassius Clay; a Angela Davis, que saltou do tribunal para fugir; o julgamento e a luta dos Panteras Negras; os assassinatos...²⁸ E acompanhava na revista *Realidade*, que era uma revista meio contestadora no período da resistência democrática. Em 1972, a Neusa, minha esposa, não queria parar de estudar e foi para a escola Anabral, pertinho da nossa casa, em Irajá. Um dia fui encontrá-la e, no caminho, ela vinha com um cara grandão, o Artur, que era uma espécie de secretário particular do Ênio Silveira.²⁹ Eles estavam terminando o primário. Quando ela disse “meu marido gosta de estudar”, ele deve ter pensado: “Como é que uma moça que está no primário é casada com um rapaz que está na universidade e que gosta de estudar?” Aí o Artur me trouxe um monte de livros da editora Civilização Brasileira. Entre esses tinha o *Alma no exílio*, de Eldridge Cleaver, e *Os condenados da terra*, de Frantz Fanon.³⁰ Eu comecei a ler *Alma no exílio*, que foi a experiência do Cleaver, que era uma das principais lideranças dos Panteras Negras, e logo depois “entrei” no Fanon. Li os dois ao mesmo tempo. Foi uma loucura! Aquilo era demais! Fanon era a crucialidade: “a violência como a parteira da História.” O Fanon era um pouco mais para mim do que era Che Guevara. Porque o Che era um revolucionário que tinha morrido, portanto perdeu, e foi aqui na América, e não era negro. O Fanon era negro. Foi uma proximidade maior que eu tive com ele. O Fanon não foi morto na luta, eles ganharam, fizeram a revolução. E na minha cabeça, aquilo me apaixonou. Vivia com os livros debaixo dos braços. Tinha todo um folclore de que, na ditadura, quem vivia com livros, tinha que ler encobrendo os nomes, olhando para os lados. Havia todo um temor.³¹

²⁸ Nascido Cassius Clay (1942), o boxeador Muhammad Ali mudou de nome após ter se tornado membro da Nação do Islã, organização religiosa de muçulmanos negros, em 1964. Em 1966 recusou-se a servir no Exército norte-americano e a lutar na Guerra do Vietnã. Na ocasião não atendeu ao comando de um oficial que o chamou pelo nome antigo, alegando que “Clay” era um nome dado a um antepassado seu por um homem branco. Em abril do ano seguinte, não atendeu três vezes ao pronunciamento de seu nome antigo por ocasião de uma luta em Houston. Em razão dessas recusas, permaneceu três anos sem poder atuar nos EUA e perdeu o título de campeão dos pesos pesados que tinha conquistado em 1964. Quanto a Angela Davis, em agosto de 1970, ela passou a integrar a lista dos dez fugitivos mais procurados do Federal Bureau of Investigation (FBI), acusada de participar do seqüestro e do homicídio de um juiz durante a tentativa de fuga de um tribunal de três militantes dos Panteras Negras. Desapareceu por dois meses, mas acabou sendo presa em outubro. Seu julgamento mobilizou a opinião pública mundial e durou 18 meses, ao final dos quais foi inocentada de todas as acusações. Ver www.wikipedia.org, acesso em 23/7/2007.

²⁹ Ênio Silveira (1925-1996) foi proprietário da editora Civilização Brasileira de 1948 até 1996. A editora teve papel importante no debate político e cultural durante o regime militar. Ver http://www.editorasonline.com.br/editora_civilizacao_bras.asp, acesso em 24/7/2007.

³⁰ Eldridge Cleaver (1935-1998) foi um dos fundadores e o porta-voz do movimento Panteras Negras, criado em 1966. *Alma no exílio (Soul on Ice)* foi escrito enquanto esteve preso condenado por assalto, entre 1957 e 1966. Frantz Fanon (1925-1961), médico e militante negro nascido na Martinica francesa, nas Antilhas, atuou na guerra de independência da Argélia e escreveu obras de referência sobre as lutas de libertação africanas, como *Pele negra, máscaras brancas* (1954), um estudo sobre a psicologia dos negros antilhanos, e *Os condenados da terra* (1961), obra que influenciou as ações revolucionárias dos países do chamado terceiro mundo na década de 1960. Ver www.wikipedia.org, acesso em 28/11/2007, e LOPES, Nei. *Enciclopédia da diáspora africana*. São Paulo: Selo Negro, 2004.

³¹ Além de fundador da Sinba em 1974, Amauri Mendes Pereira participou da criação do MNU, em 1978, em São Paulo, e integrou a direção do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN), fundado em 1975, no Rio, em dois momentos: no início da década de 1980 e em meados da década de 1990, quando foi eleito presidente da entidade. Doutor em ciências sociais pela Uerj, à época da entrevista era pesquisador do Centro de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro. Entrevista gravada no Rio de Janeiro, em 31/10/2003.

Já na região Norte do Brasil, por exemplo, onde a escassez de informações era muito grande na década de 1970, todas essas notícias e livros chegavam com muita dificuldade, como relata Nilma Bentes, importante liderança do movimento negro no estado do Pará desde o final da década de 70:

Eu tinha pouco acesso, aqui em Belém, às informações que vinham de fora sobre os Estados Unidos, direitos civis, muito pouco. Uma das coisas que me motivaram muito nesse aspecto foi aquela Olimpíada em que apareceu aquele pessoal dos Estados Unidos que ganhou, mas estavam protestando.³² A minha visão dos norte-americanos, nesse período, era esses atletas olímpicos que protestaram e o Cassius Clay, Muhammad Ali, que, naquele tempo, não quis ir e perdeu o cinturão. Então era assim uma coisa bem forte para nós aqui, apesar da distância. Mas Martin Luther King muito pouco chega aqui, Malcom X também não chegava. Chegavam só essas figuras, e pouco, muito pouco. A gente teve sorte de ter até esse pouquinho. Porque, de qualquer maneira, o pessoal diz: “Vocês se baseiam nos norte-americanos.” Não. Porque, no processo político no Brasil, quando foi caindo a ditadura, quase todos os movimentos se articularam: movimento de direitos humanos, de mulheres, e nós fomos também.³³

A transformação do conhecimento adquirido em referência para os militantes fica evidente no depoimento de Lúcia Xavier, militante desde o início da década de 1980, que lembra a dinâmica das discussões no Instituto de Pesquisa das Culturas Negras, IPCN, fundado em 1975 no Rio de Janeiro:

[O IPCN] não foi onde “fechei” melhor a minha identidade, mas foi onde terminei de estruturar melhor esse meu compromisso com a questão racial. O IPCN sempre teve uma biblioteca, muito mal utilizada, mas razoável. Na verdade, os que são os nossos intelectuais hoje já estavam lá. Então você vivia o tempo inteiro essas discussões. Lá eu pude acompanhar toda a trajetória africana de mudança de governo, de ação política, todo o processo de apoio à luta contra o *apartheid* – tudo lá dentro, nessa experiência política.³⁴ O IPCN foi importante para perceber que nós não estávamos sozinhos nessa história, o mundo inteiro vivia esse drama e havia várias formas de solução desse problema. Principalmente esse grupo, que tinha como ponte os revolucionários africanos: Amílcar Cabral, Patrice Lumumba...³⁵ O Amauri fazia uma releitura

³² Nilma Bentes foi atleta em várias modalidades de esporte, de salto em distância até esportes coletivos, como vôlei e basquete. Na Olimpíada de 1968, realizada na cidade do México, os atletas norte-americanos Tommy Smith e John Carlos, respectivamente medalhistas de ouro e bronze na prova dos 200 metros rasos, subiram ao pódio de punho erguido, com luvas negras, cabisbaixos e descalços, em protesto contra o racismo. Em apoio ao protesto, o atleta australiano Peter Norman, medalha de prata, subiu ao pódio com um adesivo a favor da igualdade racial. Ver Dorrit Hazarim. “O terceiro homem: Peter Norman, o branco solidário com o protesto negro.” *Revista Piauí*, novembro de 2006, em <http://www.revistapiaui.com.br/2006/nov/despedita.htm>, acesso em 25/7/2007.

³³ Fundadora do Cedenpa, Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará, em 1980, Raimunda Nilma de Melo Bentes é uma das principais referências do movimento negro na região norte do país. Entrevista gravada em Belém, em 19/9/2006.

³⁴ O *apartheid* (palavra africâner que significa “separação”) foi o regime de segregação das populações negra e branca, veiculado pela política oficial de minoria branca da República da África do Sul entre 1948 e 1992, quando foi abolido por uma maioria de 69% dos votos de um plebiscito só para brancos proposto pelo então presidente branco Frederik de Klerk. Somente em 1994 foi realizada a primeira eleição livre para presidente da República, que foi vencida por Nelson Mandela, principal líder da luta contra o *apartheid* na África Sul. Ver *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* (Rio de Janeiro, Objetiva, 2001), *Almanaque Abril 2002* (São Paulo, Editora Abril) e <http://wikipedia.org>, acesso em 11/8/2007.

³⁵ Amílcar Cabral (1924-1973) fundou o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), em 1956, e foi um dos dirigentes da luta pela libertação da Guiné-Bissau. Em 1972, anunciou a criação de um governo provisório nos territórios controlados pela guerrilha do PAIGC, mas foi assassinado pouco depois, em janeiro de 1973. Patrice Émery Lumumba (1925-1961), líder nacionalista do Congo Belga, lutou pela independência de seu país durante a década de 1950. Fundou o Movimento Nacional Congolês (MNC) em 1958. Após a independência da República do Congo, em 30 de junho de

do ponto de vista intelectual. Ele pegava os escritos, relia a realidade brasileira e re-traduzia as idéias. Não que a gente não tivesse acesso às idéias, mas, como ele era a liderança em torno da qual nós estávamos e ele é aquele tipo de pessoa que tira as frases de efeito – como a famosa “há muitos perigos na vida” –, ele pegava aquelas frases desses revolucionários, você estava no maior caos e, de repente, ele dizia: “Porque Amílcar Cabral falava...!” Isso ia nos ajudando a ter essas referências. A gente tinha uma África mítica, mas sob o ponto de vista da releitura dos nossos heróis e heroínas. (...) Essa vivência, no IPCN, foi possível. A gente não sabia como o Mandela era, porque era um desenho, mas a gente tinha o entendimento da luta contra o *apartheid*.³⁶ O IPCN era um ponto de referência – era a única organização que tinha lugar fixo, que não se perdia nas mudanças, nem nas desestruturações dos grupos, que tinha informação, mesmo que muito precária. Era um ponto de difusão, de irradiação de informação. Nos ajudou a ampliar o leque de entendimento. Ao mesmo tempo, tinha as referências americanas e as coisas que aconteciam no continente europeu. A gente tinha lá um caldo profundo de releitura teórica sobre as maneiras de superar o racismo, de enfrentar, e de pensar que nação nós queríamos, que mundo nós queríamos – se mais à esquerda, se mais à direita.³⁷

É interessante notar, por exemplo, que segundo o que foi relatado no jornal *Jornegro* n° 4, de setembro de 1978, Carlos Alberto Medeiros, representando o IPCN na Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, SBPC, ocorrida em São Paulo em 12 de julho daquele ano, e referindo-se à “movimentação atual” dos negros, creditava “a maior consciência existente em nossa comunidade [negra]” à “influência dos movimentos afro-americanos e das libertações africanas.” Vinte e seis anos depois, em entrevista cedida ao CPDOC em 2004, o mesmo Carlos Alberto Medeiros diz o seguinte em relação ao movimento negro contemporâneo na cidade do Rio de Janeiro no início dos anos 1970:

Então, tínhamos muita inspiração tanto na luta na África, quanto na luta nos Estados Unidos. Como é que a gente traduziria aquilo, como é que a gente pegaria as informações interessantes

1960, foi eleito primeiro-ministro. Contudo, parte da administração e das forças armadas continuava em mãos de autoridades belgas, que, ao lado das companhias mineradoras, se opunham às medidas nacionalistas promovidas por Lumumba (como a africanização do Exército) e fomentavam a secessão da região mineradora de Katanga. Como a Organização das Nações Unidas (ONU) não enviasse ajuda militar para pôr fim à guerra civil, Lumumba pediu ajuda à União Soviética (URSS). Receando que o Congo se alinhasse à URSS, a agência norte-americana de inteligência CIA financiou os opositores de Lumumba, a quem forneceu armas. Em setembro de 1960, o general Joseph Désiré Mobutu tomou o poder, após um golpe de estado, e, em janeiro do ano seguinte, Patrice Lumumba foi preso e assassinado. Ver *Almanaque Abril*. São Paulo, Editora Abril, 2002; *Enciclopédia Abril*. São Paulo, Editora Abril Cultural, 1971; *Grande Enciclopédia Larousse Cultural*. s/l, Nova Cultural, 1998, e www.wikipedia.org, 22/11/2005.

³⁶ Nelson Rolihlahla Mandela (1918), nascido em Qunu, na África do Sul, pertencente ao grupo étnico dos xosas, formou-se em direito em 1942 e tornou-se um dos maiores líderes da luta contra o racismo no mundo. Militante do Congresso Nacional Africano (ANC na sigla em inglês), a principal organização negra dedicada à luta contra o regime racista sul-africano, desde 1944, foi preso em 1962 e condenado à prisão perpétua em 1964. Em 1990, em função da campanha do ANC e da pressão internacional, foi libertado e, em 1993, ganhou o prêmio Nobel da Paz, juntamente com o presidente da África do Sul, que o libertou, Frederik de Klerk. Em 1994 Nelson Mandela foi eleito presidente da República da África do Sul, tornando-se o primeiro presidente negro daquele país. Ver http://nobelprize.org/nobel_prizes/peace/laureates/1993/mandela-bio.html, acesso em 16/8/2007.

³⁷ Integrante do IPCN na década de 1980, em 1992 Lúcia Xavier fundou a entidade do movimento de mulheres negras Criola, que ocupava, à época da entrevista, a função de secretária executiva da Articulação Nacional de Organizações de Mulheres Negras. Assistente social, foi vice-presidente do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente, no Rio de Janeiro, entre 1996 e 1997. Entrevista gravada no Rio de Janeiro, em 5/12/2003.

daquilo? Em nenhum momento se imaginou que fosse possível copiar as formas de luta nos Estados Unidos, muito menos na África – particularmente na África do Sul, que é mais semelhante com a questão daqui, do que a questão da luta anti-colonial. Mas eram referências. Por exemplo: a valorização da história africana, que era uma coisa que valia lá na África e nos Estados Unidos e também era válida aqui. Aqui a gente poderia acrescentar a história afro-brasileira, adaptar essa idéia e trazer isso para cá. Isso era absolutamente válido e necessário. A valorização de uma estética negra, isso era uma coisa que cabia... Certas formas de luta, certas coisas específicas podiam ser trocadas. Inclusive num movimento que acabou sendo não de mão única, mas algo de mão-dupla: os negros americanos, curiosamente, têm vindo muito para cá. Salvador está virando uma espécie de meca dos negros americanos. Então não é uma coisa subserviente de imitação do estrangeiro. É contato, é troca. E isso a gente começou a fazer naquela época, e estava claro para a gente.³⁸

Partindo da perspectiva da importância do “contato” e das “trocas” entre as diferentes experiências vividas por populações negras expalhadas pelo mundo, é interessante pensarmos nas possíveis relações entre os movimentos existentes nos diferentes países. Robin Kelley, em seu livro intitulado *Freedom dreams: the Black radical imagination*, já no prefácio fala da importância das relações das lutas pelos direitos civis nos EUA com as lutas por libertação travadas simultaneamente em diversos países. Ainda que não houvesse muitos contatos diretos. Ele dedica um capítulo exclusivamente às relações com o chamado “Terceiro mundo”, o capítulo 3, “Roaring from the East: Third World Dreaming”.

Me chamou a atenção, ao assistir ao documentário *Eyes on the prize*, um depoimento concedido em 1968 por uma professora negra de uma escola pública, situada num bairro predominantemente negro da cidade de Nova York, que dizia: “Nós somos terceiro mundo também!”, ao comentar a utilização, de maneira experimental, de livros e textos de revolucionários do “Terceiro Mundo” em suas aulas.³⁹ Michael Hanchard apresenta ainda uma série de importantes influências estrangeiras recebidas pelos movimentos negros norte-americanos nas décadas de 1950 e 60:

Um dos pilares filosóficos da mais conhecida tradição de ativismo político negro, a saber, a desobediência civil da Southern Christian Leadership Conference (SCLC) e do Student Non-Violent Coordinating Committee (SNCC), foi a filosofia da desobediência civil de Mohandas Gandhi, ele próprio influenciado por Henry Thoreau e Ralph Waldo Emerson. Idéias “estrangeiras” das obras de Frantz Fanon, Albert Memmi, Ho Chi Minh e Amílcar Cabral (incluindo até mesmo autores franceses, como Sartre e Régis Debray), penetraram nos debates

³⁸ Carlos Alberto Medeiros participou da fundação da Sinba e do IPCN, em 1974 e 1975, respectivamente. Foi chefe de gabinete da Secretaria de Estado Extraordinária de Defesa e Promoção das Populações Negras (Seafro), no segundo governo Leonel Brizola no Rio de Janeiro, durante a gestão de Abdias do Nascimento, de quem também foi assessor no Senado Federal (1997-1999). Foi membro do Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra (GTI), entre 1995 e 1996, e subsecretário adjunto de Integração Racial na Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania do governo Anthony Garotinho, no Rio de Janeiro. Jornalista formado pela UFRJ, é mestre em sociologia e direito pela UFF e doutorando em ciências sociais pela Uerj. Entrevista gravada no Rio de Janeiro, em 15/4/2004.

³⁹ Ver *Eyes on the prize: America's Civil Rights Movement (1954-1985)*, série de documentários criada por Henry Hampton, 1986. Episódio 9 “Power (1966-1968)”.

no interior de movimentos e associações como Panteras Negras, Exército Simbionês de Libertação, Oficina de Escritores Watts (Watts Writers Workshop), Oficina de Escritores do Harlem (Harlem Writers Workshop) e outros grupos, durante os anos 1960, e integraram o desenvolvimento ideológico e tático da luta pela libertação dos negros.⁴⁰

Havia entre os militantes norte-americanos setores, considerados radicais, que também se dedicavam à colocar no centro das discussões sobre os direitos civis questões que circulavam em âmbito internacional, como as idéias de revolução, comunismo, anti-colonialismo, nacionalismo negro... Diz Robin Kelley:

*To paraphrase Malcom X, black radicals were not interested in integrating into a burning house; they wanted revolutionary transformation and recognized that such a revolution was inextricably linked to the struggles of colonized people around the world.*⁴¹

Esses setores radicais não eram majoritários nos movimentos pelos direitos civis. Entretanto, sua contribuição chega a ser apontada como fundamental por muitos historiadores, quando destacam por exemplo “*the shift from ‘civil rights’ to ‘Black Power’*”, como afirma Kelley.⁴² Em 1964, Stokely Carmichael – que mais tarde se tornaria uma das principais referências do nacionalismo negro nos EUA, assumindo até uma outra identidade (Kwame Toure), em homenagem aos líderes africanos Kwame N’Krumah e Sékou Touré – foi uma das lideranças do Student Nonviolent Coordinating Committee (SNCC) que contribuiu para a criação do Mississippi Freedom Democratic Party (MFDP). O MFDP foi criado com o objetivo de incentivar a população negra a se registrar e votar nas eleições, participando assim das decisões políticas no estado e contribuindo para a melhoria de suas condições de vida, ao mesmo tempo em que tentavam ganhar assentos durante a Convenção Nacional do Partido Democrata, realizada naquele ano em Atlantic City, New Jersey. Na convenção nacional do Partido Democrata os assentos foram negados ao MFDP.

Em 1966, mais uma vez, Carmichael participou da criação da Lowndes County Freedom Organization (LCFO), em Lowndes County, no estado do Alabama. A organização tinha o objetivo de levar, pela primeira vez, pessoas negras ao poder no condado, já que eles formavam a maioria da população. A “pantera negra” foi adotada como símbolo da organização, em contraposição direta ao “galo branco”, símbolo do Partido Democrata do Alabama, que era favorável à segregação racial. O LCFO acabou ficando mais conhecido como “Black Panther Party”, e serviu de inspiração para a

⁴⁰ HANCHARD, Michael. “Política transnacional negra, antiimperialismo e etnocentrismo para Pierre Bourdieu e Loïc Wacquant: exemplos de interpretação equivocada.” In: *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 24, n° 1, 2002. p. 74.

⁴¹ KELLEY, Robin D. G. *Freedom dreams: the Black radical imagination*. Boston: Beacon Press, 2002. p. 62, 63.

⁴² Idem, p.60.

criação, um ano mais tarde, do Black Panther Party for Self Defense por Huey P. Newton e Bobby Seale em Oakland, Califórnia. É justamente nesse contexto, da metade para o final da década de 1960 nos EUA, de luta aberta pelo poder, que ganha força nas comunidades negras de todo o país o *slogan* “Black Power”.

O mesmo Carmichael, ou Kwame Toure, como ele preferia ser chamado, também foi uma importante referência para o movimento negro contemporâneo no Brasil, onde ele esteve inclusive em 1988, visitando a Serra da Barriga, em Alagoas, onde existiu por cerca de cem anos, até 1695, o Quilombo dos Palmares. Há registros de outros ativistas norte-americanos, considerados importantes referências, que estiveram no Brasil. Angela Davis, por exemplo, a partir de 1997, quando participou de um evento promovido pelo movimento de mulheres negras no estado do Maranhão, esteve algumas vezes no Brasil. Talvez a presença mais marcante de uma ativista negra norte-americana seja a de Angela Gilliam, antropóloga que viveu no Brasil no início da década de 1970. Sua participação na luta contra o racismo no Brasil é considerada importante por muitos militantes da década de 1970, e ela também é lembrada por ter “causado a demissão de um general” ainda em 1973, durante o período mais duro da ditadura militar no Brasil. A própria Angela Gilliam cita, num artigo, um exemplo da repercussão da entrevista que ela concedeu no final de 1972 ao jornal de oposição *O Pasquim*, na qual ela afirmava a existência de racismo no Brasil, num momento em que essa afirmação poderia ser considerada crime, segundo a Lei de Segurança Nacional sancionada em 1969:⁴³

*The interview with a black North American anthropologist, Angela Gilliam, brings new problems to the newspaper [O Pasquim]. When asked about the existence of racism in Brazil, the answer is affirmative. General Juarez Paz Pinto, the censor responsible for the newspaper, frees the publication of the material. The generals in the government consider that to affirm the existence of racism is contrary to the image of cordiality and absence of intergroup conflicts in the country. The general censor is fired and arrest of the paper is considered (deposition of Jaguar, O Pasquim, nº 558). They decide against this, but they transfer the censorship responsibilities to Brasília.*⁴⁴

Da mesma forma que vários ativistas norte-americanos vieram ao Brasil, muitos ativistas brasileiros também foram divulgar sua luta nos Estados Unidos e em outros países. Ainda no Brasil, o primeiro grande desafio do movimento negro contemporâneo

⁴³ O Decreto-Lei nº 510, de 20 de março de 1969, determinava em seu artigo 33º a pena de detenção de 1 a 3 anos por “incitar ao ódio ou à discriminação racial”. Ver www.senado.gov.br, “Legislação federal”, acesso em 20/3/2008.

⁴⁴ Ver BRAGA, José Luiz. *O Pasquim e os anos 70*. Brasília: Editora da UnB, 1991. p. 51, traduzido e citado em GILLIAM, Angela e GILLIAM, Onik’a. “Odyssey: Negotiating the Subjectivity of Mulata Identity in Brazil”. In *Latin American Perspectives*, Vol. 26, No. 3, Women in Latin America, Part 3 Identities and Localities: Social Analyses on Gendered Terrain. (May, 1999). p. 73.

foi denunciar o mito da democracia racial. Como lutar contra o racismo se para muitos o racismo “não existia”? Nesse sentido, era fundamental chamar a atenção para as desigualdades raciais e para as características do chamado “racismo à brasileira”, ao mesmo tempo em que se buscavam experiências de outros países para enriquecer a luta. Nesse último aspecto, também era fundamental buscar a solidariedade externa em relação à luta contra o racismo no Brasil. Lélia Gonzalez e Abdias do Nascimento talvez tenham sido os militantes negros brasileiros que mais se incumbiram dessa missão. Como diz Lélia Gonzalez em 1981, “(...) nosso trabalho de denúncia da situação do negro brasileiro também tem se dado em nível internacional, secundando aquele iniciado por Abdias do Nascimento a partir de 1968.”⁴⁵

A atuação do movimento negro contemporâneo começou a ter repercussão internacional no final da década de 1970, como podemos verificar na matéria “Many Blacks shut out of Brazil’s Racial ‘Paradise’”, publicada pelo jornal *The New York Times* em 05/06/1978, que comenta a desigualdade entre negros e brancos no mercado de trabalho e apresenta, entre outras coisas, o caso da “suspensão de todas as atividades da Interamerican Foundation no Brasil”, exigida pelo governo do general Ernesto Geisel em dezembro de 1977, após a fundação financiar organizações do movimento negro. Yedo Ferreira, militante do movimento negro desde o início da década de 1970, conta que foi com o financiamento da Interamerican Foundation que o IPCN se tornou a primeira e única organização do movimento negro contemporâneo no Rio de Janeiro da década de 1970 a ter uma sede própria:

Em 1977, um norte-americano chamado Jimmy Lee, que tinha vindo para o Brasil jogar basquete no Flamengo, propôs conseguir recursos da Interamerican Foundation para a compra de uma sede. Esse recurso viria a fundo perdido, porque a Interamerican era do Congresso norte-americano e emprestaria o dinheiro para a compra de uma casa. E o Benedito Sérgio [que era presidente do IPCN à época] comprou a sede na avenida Mem de Sá, 208, e ali se instalou o IPCN.⁴⁶

⁴⁵ GONZALEZ, Lélia. Op. Cit. p. 61. Segundo a biografia de Abdias do Nascimento, disponibilizada no site www.abdias.com.br, ainda em 1968 ele foi convidado pela Fairfield Foundation, inicia uma série de palestras nos Estados Unidos e foi Conferencista Visitante da Yale University, School of Dramatic Arts. Em 1970 Abdias foi convidado para fundar a cadeira de Culturas Africanas no Novo Mundo, no Centro de Estudos Portorriquenhos da Universidade do Estado de Nova York em Buffalo, na qualidade de professor associado, passando no ano seguinte a professor titular, e lá permaneceu até 1981.

⁴⁶ Yedo Ferreira foi fundador da Sinba, do IPCN e do MNU na década de 1970. Foi militante comunista até a década de 1960, quando foi dispensado do seu emprego nos Correios e Telégrafos e acabou se afastando da militância comunista devido à perseguição do regime militar. Por sua experiência como militante de esquerda antes do golpe de 1964, teve grande importância na fundação e na estruturação de entidades do movimento negro na década de 1970. À época da entrevista integrava o MNU no Rio de Janeiro. Entrevista gravada no Rio de Janeiro, em 30/10/2003.

Esse financiamento teria causado a suspensão das atividades da Interamerican Foundation no Brasil naquele mesmo ano. Em 1978 o movimento negro brasileiro tornou-se mais conhecido internacionalmente em função da criação do MNU. Um interessante exemplo sobre a repercussão que teve a formação do MNU foi a matéria publicada no dia 28/08/1978 pelo *The Washington Post*, um dos principais jornais norte-americanos, com o título “Cultural exchange and controversy in Rio”. Nessa matéria, o jornalista relatava um episódio que provavelmente ocorreu em função do ato público de criação do MNU em São Paulo no dia 7 de julho: um grupo grande de negros norte-americanos foi ao Brasil naquele ano para participar do *First New World Festival of the African Diaspora*. O Festival teve lugar em Salvador e no Rio de Janeiro, em agosto de 1978. Muitos participantes norte-americanos, referindo-se às relações raciais no Brasil, contaram ao jornalista que tiveram a impressão de estarem nos Estados Unidos quando, por exemplo, viam que as pessoas que prestavam os serviços de “menor valor social tinham a pele mais escura”, ou mesmo ao notar que os folhetos de viagem, no hotel, referiam-se sempre “às contribuições portuguesas, italianas e alemãs para o Brasil, mas ignoravam completamente a contribuição africana.” Entretanto, o que mais me chamou a atenção para a matéria foi o trecho abaixo, em que mais uma vez o governo brasileiro aparece intervindo em relação à questão racial:

Originally, the Black Diaspora Festival was to be supported by Embratur, the Brazilian national tourist authority, and other Brazilian government cultural agencies; but suddenly less than a month before the festival's scheduled August 7 opening, that official blessing vanished. Officials at Embratur were not available to comment on the matter. But Brazilian press reports have attributed the government withdrawal to fears that the festival activities would include seminar discussions in which the Brazilian racial situation would be analyzed and criticized by Brazilian blacks and visiting Americans.

“O resultado final”, diz o jornalista, “é que nenhum palestrante brasileiro foi convidado a falar no Festival”; o que desencadeou protestos do recém-formado MNU. Um dos militantes do MNU, que foi ouvido pelo jornalista, chamou os organizadores do Festival de “capitulacionistas” e afirmou que “o Festival não pode ser considerado uma celebração entre as comunidades afro-brasileira e afro-americana.” O mesmo *The Washington Post*, em matéria publicada em 12/10/1978 com título “Brazil's Racial Relations, in Theory and Practice”, ainda repercutindo a criação do MNU, trazia o seguinte texto:

When the four young black athletes arrived for practice at the chic Tiete Regatta Club a few months ago, they were barred at the door. To the shock and anger of the black players, though, their white teammates were promptly admitted to the club's gymnasium, pool and locker rooms. (...) On July 7, an estimated 5,000 persons met under the banner of the newly formed Unified Black Movement Against Racial Discrimination at the main square here and charged that the

Tiete incident was part of a systematic pattern of racism. (...) Black and white Brazilians are taught from birth that their country is a “racial democracy”. To outward appearances, at least, relations between the races here are as friendly and open as anywhere in the world.

E é a partir de 1979, já como liderança do MNU, que Lélia Gonzalez começa seu périplo pelos Estados Unidos e por outros países, para divulgar o movimento negro brasileiro e, particularmente, o recém-criado MNU. Segundo seu currículo, só nos anos de 1979 e 80, Lélia fez as seguintes palestras fora do Brasil:

Black Culture in Brazil – Dakar, Senegal; L’Overture Politique au Brésil – Rennes, França; Discrimination et Inégalités Racial et Sexuelle – Paris, França; Racism and Sexism – Veneza, Itália; The Necessity of a New Ideology – Washington D. C., USA; The Political Economy of the Black World – Los Angeles, CA, USA; Brazilian Black Woman – New York, USA; Black Woman Situation in Brazil – Montclair, USA; Black Youth and Unemployment – Pittsburgh, PA, USA; Racism and Sexism – Cincinnati, OH, USA; Black People Situation in Brazil – Buffalo, Nova York, USA; Political Opening in Brazil – Stony Brooke, NY, USA; Linguistic and Cultural Manifestations of Sexism, Racism and Chauvinism – Pittsburgh, PA, USA; Black Woman Today – Greensboro, NC, USA; Perspectives for the Future – New York, NY; Racism – Copenhagen, Dinamarca; Woman under apartheid – Helsinki, Finlândia; Woman under apartheid – Montreal, Canadá; Racial Relations in Brazil – Philadelphia, PA, USA; Black Woman in Brazil – Washington D. C., USA; Caracéristiques de la Culture Afro-Bésilienne – Paris, França; NGO Consultative Meeting – Genebra, Suíça; Race and class in Brazil: new issues and new approaches - Los Angeles, Califórnia, USA.⁴⁷

É importante ressaltar que as influências externas apresentadas no decorrer deste paper, mesmo que tenham sido recebidas e interpretadas de variadas formas, contribuíram para a constituição do movimento negro no Brasil. Entretanto, elas não devem ser consideradas determinantes para o surgimento desse movimento social na contemporaneidade. É bastante comum a existência de afirmações nesse sentido. Todavia, a própria fundação do MNU – que tinha a frase “Por uma autêntica democracia racial!” escrita em sua Carta de Princípios, de 1978, e que se tornou um marco e uma espécie de impulsionador para a criação de diversas entidades negras pelo Brasil afora (como, por exemplo, o Centro de Cultura Negra do Maranhão, CCN, em 1979, e o Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará, Cedenpa, em 1980) –, ocorreu em São Paulo em função do protesto contra a morte de um operário negro em uma delegacia da cidade e contra a expulsão de quatro jovens atletas negros de um clube paulista, como diz a matéria do *The Washington Post*. Outro caso interessante é o relatado por Vanda Menezes, sobre a motivação para a criação da Associação Cultural Zumbi, em 1979, no estado de Alagoas:

A Associação Cultural Zumbi surgiu em Maceió, em 1979, porque um companheiro nosso, Marcelino Maximiniano Dantas, que fazia medicina, foi para um baile no Clube Fênix Alagoana, que era um clube fechado, como os outros clubes da época, e foi convidado a sair desse baile porque era negro. Ele era filho de Laura Dantas, uma mulher negra que foi professora de governadores. Hoje, inclusive, tem uma escola chamada Laura Dantas no estado. E, por conta

⁴⁷ Ver www.leviagonzalez.org.br, acesso em 20/03/2008.

dessa atitude do cara que tomava conta do clube, houve uma revolta dos próprios companheiros brancos que faziam medicina com ele. Foi uma confusão. Não me lembro se saiu página em jornal. Mas foi uma coisa muito doida, porque era um homem, filho de uma mulher negra, mas muito bem relacionada, que fazia medicina, e que foi posto para fora da Fênix. E aí muitos companheiros começaram a discutir sobre isso. Todo mundo se mobilizou e resolveu fazer uma reunião para discutir essa coisa da discriminação, desse racismo. Éramos 33 pessoas no primeiro encontro, duas mulheres e 31 homens, que se reuniram na Universidade Federal de Alagoas, Ufal, porque Zezito Araújo, na época, já estava na Ufal.⁴⁸ Dos que foram à reunião, só quem estava na universidade era eu – que não era da Ufal – e Zezito. A maioria era de negros que ficavam no mundo, na vida. A gente fez a reunião, o Marcelino contou a história toda, aí a gente se revoltou e resolveu fazer um grupo para discutir isso. A Associação Cultural Zumbi, ACZ, era um grupo político. Era um movimento político, que revolucionou aquela cidade e o estado como um todo. Foi a Associação Cultural Zumbi que constituiu o Memorial Zumbi⁴⁹ e que brigou para tombar e desapropriar a Serra da Barriga.⁵⁰

Ou seja, o que determinou a mobilização em setores da comunidade negra e que acabou resultando na criação dessas e outras entidades e organizações do movimento negro contemporâneo, em geral, foram a percepção das desigualdades raciais e os casos de racismo em nossa sociedade. Certamente, como disse Lúcia Xavier, a percepção de que não estavam “sozinhos nessa história”, que “o mundo inteiro vivia esse drama”, alimentou a determinação e trouxe diversos referenciais para luta contra o racismo no Brasil. E é interessante perceber como essas idas e vindas pelo “Atlântico negro”, que foram tão importantes para o movimento negro brasileiro ao longo de sua história, permanecem ocorrendo de variadas formas até os dias hoje. A implementação das políticas de ação afirmativa no Brasil do século XXI, com suas características particulares e influências recebidas – principalmente das *affirmative actions* nos Estados Unidos –, que vem proporcionando grande visibilidade para a questão racial e para o movimento, são um exemplo disso.

⁴⁸ Zezito Araújo (1952), formado em história pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal), participou de várias entidades negras, entre elas a Associação Cultural Zumbi, da qual foi fundador em 1981, e o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (Neab) da Ufal, que dirigiu de 1983 a 1991. Durante o segundo mandato do governo Ronaldo Lessa (2002-2006) em Alagoas, assumiu a Secretaria Executiva de Defesa e Proteção das Minorias do Estado de Alagoas. Ver www.sedem.al.gov.br/index.php?sec=secretario, acesso em 11/4/2007.

⁴⁹ Memorial Zumbi foi fundado em 20 de novembro de 1980 na Serra da Barriga, em Alagoas, com o objetivo de ser um ponto de encontro de entidades negras e de centros de documentação e pesquisa da história dos movimentos negros no Brasil. Outra proposta do Memorial Zumbi foi reivindicar a preservação das terras onde se localizou o quilombo dos Palmares, na Serra da Barriga. Ver Nei Lopes. *Enciclopédia brasileira da diáspora africana*. São Paulo, Ed. Selo Negro, 2004.

⁵⁰ Vanda Menezes, formada em psicologia pelo Centro de Estudos Superiores de Maceió (Cesmac) em 1983, foi uma das fundadoras da Associação Cultural Zumbi, no ano de 1979, entidade da qual foi presidente entre 1989 e 1991. Participou, desde o início da década de 1980, do processo de tombamento da Serra da Barriga, que abrigou o Quilombo dos Palmares, e da criação do Memorial Zumbi na Serra. Perita criminal, faz parte da Polícia Civil do estado de Alagoas desde julho de 1980. Em 2002 foi convidada pelo então governador de Alagoas, Ronaldo Lessa, para ocupar a Secretaria Especializada da Mulher do Estado de Alagoas, função que exercia à época da entrevista. Entrevista gravada no Rio de Janeiro, em 28/10/2005.